

6

As Políticas de Segurança Pública e os Direitos Humanos no Rio de Janeiro

Ao observarmos o debate sobre as políticas de segurança pública podemos observar um “movimento pendular”, em que há a alternância entre a solução do endurecimento das ações policiais e das soluções mais democráticas e de cunho social (Soares, 2000). Esta visão seria endossada pelos setores mais à esquerda da sociedade, enquanto a primeira seria propugnada pelos setores mais conservadores. O diversificado cardápio composto pelos temas relativos à violência e à segurança pública, bem como as reações por eles desencadeados, dramatizam os impasses e as dificuldades enfrentadas para a consolidação democrática no Brasil do período pós-abertura. O Rio de Janeiro é um caso emblemático das marchas e contramarchas dos princípios norteadores da segurança pública, o movimento pendular ou de gangorra, deu o tom dos debates e das políticas de segurança pública implementadas pelo Estado ao longo das duas últimas décadas, como veremos a seguir.

Beato (1998) também afirma que a proposição de políticas de segurança públicas, no Brasil, consiste em um movimento pendular que oscilaria entre a reforma social e a repressão individual. A idéia da reforma decorre, segundo o autor, da crença de que o crime resulta de fatores sócio-econômicos que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida. As propostas de controle da criminalidade de um lado, passam tanto por reformas sociais de profundidade, e de outro, por reformas centradas nos indivíduos com o intuito de reeducar e ressocializar criminosos para o convívio em sociedade.

O movimento pendular também abrange aqueles que acreditam que o problema do crime é fundamentalmente uma questão de polícia e de legislação mais repressivas e não de reformas, a não ser por penas mais duras. Entre estas pessoas há a crença de que a criminalidade encontra condições ideais de florescimento quando é baixa a disciplina individual e o respeito a normas sociais. A dissuasão do comportamento criminoso, então, passaria

necessariamente por uma atuação mais intensiva do sistema de justiça criminal. Conseqüentemente, políticas de segurança pública enfatizam a necessidade de uma atuação mais decisiva do Poder Judiciário e das instâncias de controle social. Isto significa legislações mais duras e maior policiamento ostensivo de forma tal que as punições dos delitos sejam rápidas, certas e severas. Se necessário, até mesmo a atuação das Forças Armadas é requisitada e apoiada por parcela da população. Não se descarta, ainda, o efeito dissuasório que soluções finais tais como a pena de morte, teriam sobre o comportamento criminoso.

Como vimos, a segurança pública foi uma área especialmente sensível no processo de depreciação dos mecanismos de controle do regime militar. Entendida como área estratégica dentro da filosofia de segurança nacional, seus responsáveis, mesmo no âmbito estadual, eram subordinados diretamente ao governo federal. Invariavelmente, generais do Exército eram nomeados para as secretarias de segurança estaduais. O Rio de Janeiro não foi exceção à regra. A peculiaridade fluminense começou a se configurar quando participa do processo sucessório Leonel Brizola, o único candidato a governador, em 1982, eleito por um partido alternativo àqueles que haviam herdado as máquinas políticas do período autoritário (MDB e ARENA). Durante seu mandato criou o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos (1983) e tomou algumas medidas no campo da segurança pública cuja tônica era de respeito aos direitos de toda a população. O respeito pelos direitos fundamentais já havia sido esboçado durante sua campanha. A candidatura de Brizola foi alicerçada pelo peso de sua figura política como opositor do regime militar¹, o candidato angariou o voto das classes populares por não estar ligado à memória das remoções das favelas, entre outras questões, que remetiam ao período militar. Durante sua gestão Brizola adotou os Direitos Humanos como forma de “responder” as demandas da população que o elegera. É importante destacar que a promoção dos Direitos Humanos não estava só na área da segurança pública, mas também em sal preocupação com as urbanizações de

¹Leonel Brizola (1922-2004) foi Brizola foi o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) em toda História do Brasil. Exerceu também a presidência de honra da Internacional Socialista. Brizola foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara quando foi exilado do país pelo regime militar instaurado em 1964. Quando retornou foi duas vezes governador do Rio de Janeiro.

favelas, projetos sociais e educacionais; como os Cieps². No que se refere à política estadual, Brizola dedicava um espaço especial à questão dos Direitos Humanos e o combate à violência policial³. Habilmente, Brizola captava o deslocamento operado na discussão sobre os Direitos Humanos e sobre a violência do Estado, condenando as ações policiais nas favelas e nas áreas mais pobres do estado. Reivindicava o respeito igual aos direitos de inviolabilidade privada e denunciava os abusos dos órgãos de segurança. Condenava as *blitzen* discricionárias e as manifestações explícitas de violência no tratamento dado às populações pobres (Buarque de Hollanda, 2006).

Uma vez eleito Brizola procurou traduzir em iniciativas práticas a marca popular que assumira em campanha. No âmbito da segurança pública, uma das áreas em que fora mais enfático em suas intervenções, tomou medidas de impacto que visavam marcar um diferenciador entre o que seria sua gestão e as políticas anteriores. Sempre orientado pelo princípio da extensão do respeito aos Direitos Humanos às camadas pobres da população e pelo projeto de humanização do trabalho policial, Brizola extinguiu a secretaria de Segurança Pública, identificada como aparelho de controle inspirado na filosofia discricionária e autoritária do regime militar. Em seu lugar, foi criado o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos (1983). Órgão presidido pelo próprio governador que reunia membros de várias entidades e representantes da sociedade civil, tendo como meta funcionar como fórum de debates no interior do qual seriam definidas as novas diretrizes que orientariam as políticas públicas de segurança e áreas conexas (Sento-Sé, 1998). Com a extinção da Secretaria de Segurança, a chefia da Polícia Civil e o Comando Geral da Polícia Militar ganharam estatuto de secretaria. Para ocupá-los, Brizola nomeou profissionais das respectivas corporações: o delegado Arnaldo

²Em maio de 1985 inaugurou-se, na capital do Estado do Rio de Janeiro, o primeiro Ciep (Centros Integrados de Educação Pública). Durante os anos 80 e 90, em dois períodos governamentais (1983-1986 e 1991-1994) foram construídos e postos em funcionamento 506 Cieps, escolas públicas de tempo integral, com concepção administrativa e pedagógica próprias. A intenção declarada era a de promover um salto de qualidade na educação fundamental do estado.

³A atuação pioneira de Brizola junto aos Direitos Humanos tem sido abordada de forma sistemática na literatura especializada em diversos aspectos. Cf. (Sento-Sé 1998; Soares 2002; Soares 2004; Buarque de Hollanda 2006)

Campana, para a Polícia Civil, e o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira⁴, para a Polícia Militar. A dimensão dessa iniciativa é sensível, sobretudo no caso do escolhido para o Comando da Polícia Militar, nomeando um oficial negro, altamente respeitado em sua própria corporação e comprometido com a ação policial pautada pelo respeito à lei, Brizola reiterava o princípio que nortearia sua política de segurança. Mesmo antes da primeira reunião do novo secretariado, Brizola determinava que daquele momento em diante as “batidas” policiais deveriam ocorrer sempre respeitando a lei, declarando não admitir o uso indevido da força por parte dos órgãos de segurança.

No final do mandato de Brizola, o aumento da violência urbana que vinha da década de 1970, como já vimos anteriormente, não havia sido revertido, somando-se a isto expansão do tráfico de drogas e armas⁵. A percepção de insegurança e a sensação de medo também não pararam de crescer, foi-se espalhando e consolidando um sentimento difuso de que o governo não agia, de que o poder público se eximira de zelar pela segurança da população, deixando-a à sua própria sorte. As restrições determinadas às formas convencionais de atuação policial, saudadas inicialmente como um avanço significativo para a nova ordem democrática que se pretendia instaurar, pouco a pouco passaram a ser percebidas como uma espécie de cumplicidade com o crime, gerando um descontentamento cada vez maior. A resposta da população veio em dois eixos, no repúdio aos Direitos Humanos, que passaram a ser entendidos como convivência com os bandidos e na eleição de Moreira Franco, cujo *slogan* de campanha era “acabar com a violência em seis meses” (Soares, 2002).

É em meio a uma atmosfera de descrédito quanto à eficácia dos princípios orientadores da política de segurança pautada no respeito aos Direitos Humanos que Moreira Franco, candidato pelo PMDB e respaldado pelo apoio de uma frente composta por doze partidos, vence as eleições de 1986. Segundo Francisca Soares, a campanha de Moreira Franco apresentava sua candidatura como a “civilização” que se opunha à “barbárie” brizolista.

⁴Em 18 de fevereiro de 1983, Nazareth Cerqueira assumiu o comando-geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, era formado em Psicologia e Filosofia, tendo ainda cursos em Técnica de Ensino e Psicotécnica Militar.

⁵Segundo Francisca Soares, a partir da década de 1980, novos atores, como o tráfico de drogas e armas dão origem ao que a autora classifica como “nova violência”.

Além disso, pertencia ao partido do então Presidente da República, José Sarney, que desfrutava de grande prestígio em decorrência do sucesso popular dos primeiros meses do Plano Cruzado.

No primeiro dia de gestão o novo governador autorizou a ocupação das favelas por policiais militares, demarcando claramente que a “era Brizola” havia acabado. Segundo Soares (2000), é possível observar durante esta gestão um recrudescimento das políticas de segurança, entretanto, não houve uma redução no crescimento da violência, e nem foram elaboradas medidas que dessem conta dos problemas da segurança pública. A resposta do Estado às manifestações ostensivas de força por parte de grupos ligados ao comércio ilegal de drogas não foi muito além da retomada de antigas práticas policiais. Incursões armadas nas favelas e eliminação ou prisão de um ou outro chefe local, imediatamente substituído por seu lugar-tenente. Antigos policiais que haviam se iniciado e se firmado nos órgãos de segurança nos tempos do regime militar adquiriram grande autonomia, tratando a segurança pública como uma espécie de problema técnico. A tendência a uma relativa autonomização de determinados setores das polícias em relação às instâncias políticas de comando se estendeu a diversos outros setores do governo, o que contribuiu para que Moreira Franco, às vésperas de passar o cargo, fosse o governador com maior índice de rejeição do país (Soares & Sento-Sé, 2000). Seja por convicção, seja, o que é mais provável, por omissão, o quadriênio 87/90 pode e deve ser encarado, segundo Soares (op. cit.), como um período de retorno de uma política de segurança que deixava em segundo plano o respeito aos Direitos Humanos e a orientação da ação policial pautada pelo respeito à lei.

Em 1991 assume um novo governo e ocorre uma nova inflexão na área de segurança pública. O retorno de Brizola para um segundo mandato deu-se através de uma vitória no primeiro turno na eleição de 1990, quando conquistou cerca de 60 % dos votos válidos. Antes disso, Brizola já tivera desempenho expressivo nas eleições presidenciais de 1989, obtendo 52,09 % dos votos válidos no Rio de Janeiro. Muito rapidamente ocorreu a repetição quase que automática de jargões e propostas lançadas em seu primeiro governo, mas a defesa dos Direitos Humanos passou por uma clivagem fruto da tensão entre as demandas dos setores da sociedade civil organizados em torno da defesa dos direitos e a parcela autoritária da sociedade e do Estado.

É no período de 1991 a 1994 que a idéia de que os níveis de criminalidade e violência cresciam de forma descontrolada chega a proporções tais que os apelos mais contundentes para a adoção de métodos discricionários passam a ser abertamente aceitos por diversos setores da opinião pública. Clama-se por eficiência, se necessário em detrimento dos Direitos Humanos.

Três acontecimentos de origem e natureza distintas contribuíram para conferir contornos dramáticos e, aparentemente, corroborar as imagens de caos urbano e o sentimento de insegurança: os chamados arrastões (1992) ocorridos nas praias da Zona Sul da cidade e as chacinas da Candelária (1993) e Vigário Geral (1994). No que diz respeito às duas chacinas, a apuração de que havia a participação de policiais reforçou a percepção já largamente disseminada segundo a qual não somente o governo era inoperante como não tinha qualquer controle sobre setores das corporações policiais. A idéia de que havia um poder criminoso paralelo nas comunidades mais pobres e faveladas era como que duplicada pela noção de que também havia uma razoável margem de autonomia nos órgãos de segurança do Estado. Se, pouco menos de dez anos atrás, o governo Brizola era acusado de manter ligações perigosas com os banqueiros do jogo do bicho, agora o foco era deslocado para o comércio ilegal de drogas. Iniciativas inovadoras, como a criação do policiamento comunitário, estratégia utilizada em vários países e implementada em alguns bairros do Rio de Janeiro eram encaradas como insuficientes, e nas corporações, amplos setores viam iniciativas desse tipo como uma espécie de amesquinamento do trabalho policial (Muniz, Musumeci & Larvie 1997).

Em 1992, quando da realização de um encontro internacional sobre meio ambiente, a ECO-92, forças do Exército assumiram o policiamento ostensivo do Rio de Janeiro, em virtude da presença de uma série de autoridades e chefes de Estado na cidade. O ambiente ordeiro e tranquilo que marcou os dias do encontro ficou gravado na memória da opinião pública e foi atribuído exatamente à presença das tropas do Exército nas ruas. Dois anos depois, a memória daqueles dias funcionava como principal trunfo para as intervenções de alguns dos setores da sociedade que reclamavam por maior segurança. Os sentimentos que concorriam para o crescimento dessa demanda: 1) a percepção de que a violência crescia em ritmo assustador; 2) a imagem de que as forças policiais eram inoperantes e corruptas; 3) a idéia de que o

governo estadual não tinha vontade política, força e controle sobre os órgãos repressivos capazes de reverter o quadro. Com o desencadear do debate eleitoral, as pressões para a intervenção do governo federal cresceram.

A gestão de Marcello Alencar, eleito em 1995, e a nomeação do General Nilton Cerqueira para o comando da segurança no estado representaram a retomada da política pautada pela força, com componentes fortemente discricionários. O General Cerqueira foi ligado aos órgãos de repressão do Exército durante o regime militar, e voltava para o lugar que ocupara nos anos de 1970 (uma das primeiras iniciativas do governo Marcello Alencar foi ressuscitar a Secretaria de Segurança Pública, extinta por Brizola, em 1983), imprimindo uma linha de atuação bem semelhante. O símbolo de sua gestão à frente da segurança do estado foi a instituição da condecoração por bravura, conhecida também como “premiação faroeste”, pela qual policiais que se destacassem no enfrentamento aos criminosos, recebia honras militares e gratificações adicionais ao soldo. O critério básico de distinção: o número de bandidos mortos em ações policiais⁶. A partir de gestão do General Nilton Cerqueira, a Polícia Militar do Rio de Janeiro, matou com uma intensidade jamais vista no período pós-regime autoritário. Entre janeiro e maio de 1995, a média de morte da PM era de 3,2 pessoas por mês. Após assumir a Secretaria de Segurança Pública, de junho de 1995 à fevereiro de 1996, o número de mortes passou para 20,55 por mês⁷.

Com o final da gestão de Marcello Alencar ocorre o que Silva (2005) chama de uma *inflexão civilizatória*: a proposta de pacificação da cidade por meio de soluções democráticas para o “problema da segurança pública”, significando com isso o respeito aos direitos civis de toda a população e a submissão das atividades policiais ao controle da sociedade civil. A proposta advogava a necessidade de domesticar a polícia e de levar a cidadania para as favelas e periferias, integrando seus habitantes, particularmente os jovens, à cidade (Leite, 2000). Surgida inicialmente do campo da sociedade civil, agregava pesquisadores interessados em diversas modalidades de violência,

⁶Sobre os efeitos de tal medida, cabe a consulta aos trabalhos de Ignácio Cano. Segundo dados levantados e analisados por este pesquisador, um dos resultados da adoção da premiação por bravura foi o aumento da letalidade provocada pela ação policial, por um lado, e, por outro, o aumento de baixas entre as próprias forças policiais. Ver Cano (1997).

⁷“Gratificação aumenta assassinatos no Rio”, *Folha de S. Paulo*, 8 de abril de 1997.

integrantes de ONGs e de movimentos sociais, e se configurava como uma forte corrente de opinião que intervinha no debate público, procurando pautar a atuação do governo estadual e influir sobre a opinião pública. Sua atuação envolvia pelo menos três linhas. Uma dizia respeito à produção e publicização de dados e análises sobre homicídios dolosos, letalidade policial, vitimização de jovens e crianças, violência doméstica, entre outros (cf. Soares 1996, & Cano, 1997). Apoiada nessa, uma segunda linha de conduta foi preparada, a proposição de novos procedimentos e rotinas policiais, bem como de políticas públicas focadas nos segmentos populacionais compreendidos como “de risco”, isto é, que se encontrariam em situações-limite facilitadoras do ingresso no crime. Uma terceira frente de atuação relacionava-se à realização de atos e campanhas contra a violência

Segundo Silva (op. cit.), as eleições de 1998 para o governo do estado apresentaram uma novidade: a proposta de realização da *inflexão civilizatória* a partir do aparelho de Estado. Articulada no interior de uma composição entre o PDT e o Partido dos Trabalhadores (PT), com a candidatura de Anthony Garotinho e de Benedita da Silva, essa proposta adquiriu centralidade naquele contexto eleitoral, que foi marcado pelo tema da segurança pública. Tendo sua imagem pública ainda fortemente vinculada a Brizola, Garotinho deste se distanciava abraçando o que foi então enunciado como a “terceira via”: uma alternativa às políticas de segurança pública dos governos estaduais anteriores que oscilariam entre “o endurecimento contra o crime” e o “absenteísmo na área da segurança pública que fora associado à defesa dos Direitos Humanos” (Soares, 2000). Para fundamentar sua plataforma de governo, o candidato elaborou juntamente com Luis Eduardo Soares⁸ “Sete Propostas para uma política democrática de segurança pública” (Garotinho; Soares 1998, p. 142-153).

A partir da gestão de Anthony Garotinho há um retorno da doutrina dos Direitos Humanos e uma diminuição do movimento pendular, diferentemente do que ocorreu no período de 1982 a 1999, há uma estabilização, e uma nova

⁸Luis Eduardo Soares é Mestre em Antropologia Social Museu Nacional/UFRJ, em 1991, doutorou-se em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. De janeiro de 1999 a 17 de março de 2000, foi Subsecretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e, entre outubro de 1999 e março de 2000, Coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro.

mudança de lugar do pêndulo, na postura dos governadores diante da defesa dos Direitos Humanos. A estabilização da defesa dos Direitos Humanos a partir de segunda metade dos anos 1990 está relacionada com as mudanças observadas por Koerner (op. cit) que explicamos no segundo capítulo.

Em janeiro de 2003 Rosinha Matheus, mulher do ex-governador Anthony Garotinho, toma posse como governadora do Rio de Janeiro. Em março do mesmo ano os governos Federal e do Rio de Janeiro anunciaram um plano de segurança pública para combater a criminalidade no estado. A medida inclui a liberação de R\$ 40 milhões para a capacitação e qualificação da polícia e R\$ 700 mil para melhorar as condições do Complexo de Bangu⁹. Após uma série de ataques contra hotéis e pontos turísticos tradicionais da cidade o ex-governador Anthony Garotinho substituiu o coronel Josias Quintal na Secretaria de Segurança Pública prometendo fazer do Rio um "modelo" de segurança e a criação de metas de segurança e medidas para deter a ação de traficantes. Ao mesmo tempo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, propôs que o governo federal crie uma tropa de elite na Polícia Federal do Rio para reforçar o combate à violência.

Na madrugada do dia 22 de fevereiro de 2004, os jovens Liniker Ferreira Madeira, de 17 anos, Leandro Santos da Silva, de 16 anos, Jean Alexandre de Campos, de 13 anos e Marcelo Rodrigues da Silva, de 16 anos, voltavam de um baile funk, na favela da Rocinha, quando foram abordados pelos policiais do BOPE, que realizavam uma operação na área¹⁰.

Segundo o padrasto de Jean Alexandre, os policiais colocaram um saco plástico na cabeça de Leandro e obrigaram todos os garotos a seguir descendo a rua dizendo que iam matar um deles. Em seguida, os jovens foram levados para a Travessa Gregório e ali baleados. Liniker e Leandro morreram na hora e os outros dois foram levados para o hospital municipal Miguel Couto. Apenas o adolescente Marcelo Rodrigues da Silva conseguiu sobreviver. Marcelo, única testemunha do caso, ficou internado em estado grave sob vigilância diária de dois policiais militares.

⁹ Dados retirados do relatório "Rio de Janeiro: Segurança Pública", Arquivo 2000-2004. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2006/0304-rj-seguranca-2000-2004.html>

¹⁰ Capturado em 10/10/2007 em: <http://www.consciencia.net/2004/mes/14/rj-rocinha.html>

A Associação de Moradores da Rocinha estava ciente de que o BOPE reforçaria o policiamento naquele dia de um modo preventivo, mas que não fariam qualquer operação mais ofensiva contra os moradores do local, tanto que o baile funk e o baile de carnaval, que seriam realizados no local, não foram cancelados. Cerca de cinco mil pessoas circulavam pela favela, quando os policiais realizaram a operação que resultou na morte dos três rapazes.

Em 23 de setembro de 2004, o Centro de Justiça Global enviou uma denúncia para Philip Alston, Relator Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias e Arbitrárias. O documento informava sobre a operação policial do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE), na favela da Rocinha¹¹.

No dia 21 de outubro de 2004, a Justiça Global divulgou o “Relatório Rio: Violência Policial e Insegurança Pública”¹², simultaneamente no Rio de Janeiro e em Washington durante audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

O relatório ressalta que as autoridades do Rio de Janeiro se utilizam em larga escala da violência direta como forma de controle social e combate à criminalidade, mas também se valem da manipulação de determinados instrumentos jurídicos, como os autos de resistência, os mandados de busca e apreensão itinerante e o crime por associação ao tráfico, para dar uma aparência de legalidade a suas ações. Segundo o relatório as taxas de homicídios nos grandes centros urbanos do Brasil estão entre as maiores do mundo. Em 2002, foram cerca de 50 mil homicídios. Seriam nas comunidades mais carentes onde os habitantes já são privados da proteção do Estado, que existiria a maior concentração de homicídios e de crimes violentos. O que o relatório aponta é que ao falhar em tratar a longo prazo das necessidades de segurança pública de todos os setores da sociedade brasileira, como parte de uma estratégia governamental abrangente para combater a violência, sucessivos governos permitiram a institucionalização de um policiamento baseado em violações de Direitos Humanos e corrupção.

¹¹“Relatório Rio: Violência Policial e Insegurança Pública” 21 de outubro, 2004. Disponível na internet em: www.justicaglobal.org.br

¹²Idem

“O estudo revela como as comunidades socialmente excluídas estão encurraladas, de um lado, pelos níveis elevados de violência praticada pelos criminosos e, de outro, pela repressão e discriminação praticadas pelas forças policiais das quais deveriam receber proteção. “Há uma negligência dos governos estaduais e federal na providência de segurança pública. Reconhecemos que combater a violência armada é um trabalho difícil, mas houve uma decisão em se combater com base só na repressão. Só que o conceito de segurança com base na redução dos Direitos Humanos não protege ninguém”¹³, afirma Tim Cahil, responsável pelo relatório.

O relatório aborda também as execuções ocorridas na favela do Caju e a chacina ocorrida na Baixada Fluminense durante a gestão de Rosinha Garotinho. No dia 6 de janeiro de 2004, na favela do Caju, zona norte do Rio de Janeiro, cinco jovens que estavam sentados em um bar, entre eles um garoto de 13 anos, foram executados. Um sobrevivente e vários familiares relataram que os policiais chegaram correndo e atirando nos cinco rapazes, eles ainda tentaram se identificar, mas não adiantou. No dia seguinte, seus corpos foram encontrados enterrados em uma fossa localizada próxima à comunidade¹⁴.

A chacina de 31 de março de 2005, ocorrida no subúrbio da Baixada Fluminense, quando um grupo de homens, alguns mascarados e encapuzados, atiravam a esmo pelas ruas, algumas vezes parando os carros para liquidar suas vítimas à queima roupa. O saldo, até às 11 da noite daquele dia: 29 mortes¹⁵.

A governadora Rosinha Garotinho determinou rigor e prioridade máxima na investigação que apura os autores da chacina ocorrida nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. Rosinha Garotinho decidiu que o governo do estado, através da Secretaria de Direitos Humanos, cobrisse todas as despesas do sepultamento e que as secretarias de Ação Social, Direitos Humanos e a Defensoria Pública dessem total assistência às famílias das vítimas. Determinou também a criação de uma comissão especial para fazer um levantamento da existência de grupos de extermínio em atuação na Baixada Fluminense.

¹³ Idem

¹⁴ “Impunidade na Baixada Fluminense” s/d

¹⁵ Idem

Para a Anistia Internacional (2006) o mandato de Rosinha será lembrado, principalmente, pela degradação do Estado provocada pelos níveis de violência alarmantes e pela perda de muitos jovens, incluindo policiais, suspeitos de crimes, e transeuntes inocentes.

O atual governador Sérgio Cabral elegeu-se com forte votação das favelas e bairros pobres do Rio de Janeiro, e uma das razões para esse apoio foram as promessas de um novo tipo de segurança pública, com respeito aos direitos humanos nas comunidades, combate à corrupção policial e inclusive o fim do uso dos blindados em operações nas comunidades. A expectativa continuou logo após a posse, com a indicação para o comando da Polícia Militar do coronel Ubiratan Ângelo, reputado como tendo bom diálogo e relações com lideranças comunitárias e organizações de direitos humanos.

Contudo, em 27 de junho de 2007, a polícia militar do Rio de Janeiro realizou no Complexo do Alemão uma operação policial executada pelas Polícias Militar e Civil do Estado do Rio de Janeiro em conjunto com a Força Nacional de Segurança, sob fundamento de combate e repressão à atuação de narcotraficantes. A operação contou com a participação de 1.350 agentes policiais, a utilização de 1.080 fuzis, 180.000 balas e teve duração de cerca de oito horas. Após o término da operação, o Estado divulgou a apreensão de 14 armas, 50 explosivos e munição de 2.000 balas, supostamente em poder de traficantes. Entretanto, mesmo com as declarações públicas de agentes do Estado do Rio de Janeiro sobre a preparação desta operação e a utilização de atividades de inteligência para que houvesse o mínimo de risco à população civil, somente na operação do dia 27 de junho de 2007, 19 pessoas foram assassinadas e cerca de 60 foram feridas por arma de fogo, a maioria vítima de balas perdidas¹⁶.

Uma pesquisa realizada pelo Grupo Cultural Raízes em Movimento¹⁷ em parceria com o jornal Fazendo Media constatou que a grande maioria dos moradores do Complexo do Alemão reprova a política de Segurança Pública do governo Sérgio Cabral. No dia 21 de julho foram ouvidas 787 pessoas nas favelas da Grota, Pedra do Sapo, Morro do Alemão e Morro dos Mineiros,

¹⁶Capturado em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/07/18/materia.2007-07-18.6093898195/view> em 15/09/2007

¹⁷Com sede no Complexo do Alemão

todas pertencentes ao Complexo. Dos entrevistados, 91% disseram não apoiar "invasões da polícia no Complexo do Alemão, como a mega-operação realizada no dia 27 de junho", enquanto 7% responderam que apóiam essas operações e 2% não quiseram responder¹⁸.

Segundo a Radiobrás¹⁹, um documento assinado por 17 entidades de Direitos Humanos foi encaminhado no dia seguinte a operação à Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciando a ação policial no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Eles solicitaram a visita *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos do organismo internacional ao Rio de Janeiro para apurar as denúncias.

Foi neste contexto que a Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ solicitou um relatório sobre as 19 mortes ocorridas no complexo de favelas do Alemão, em virtude da mega-operação realizada no dia 27 de junho. O relatório, que foi feito com base nos laudos do Instituto Médico Legal, aponta que, pelo ângulo dos disparos, de cima para baixo, algumas vítimas estavam sentadas ou ajoelhadas. Ainda de acordo com o documento, as vítimas apresentam "inúmeros ferimentos" nos braços, resultantes de uma "autodefesa", além de tiros na nuca e pelas costas à curta distância. Ou seja, no momento dos disparos, elas procuraram, com braços e mãos, proteger cabeça e tórax, indicando, ainda, que as mesmas se encontravam desarmadas, o que se confirma na dissonância entre o número de armas encontradas (14) e o número de assassinatos cometidos pelas polícias (19).

¹⁸ Capturado no site

<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/noticias/noticias/4544.asp>
em 01/10/2007

¹⁹ Capturado no site <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/07/18/materia.2007-07-18.6093898195/view> em 12/09/2007